

Estigmas e representações sociais: desafios para a interação entre professores e alunos com Síndrome de Down

Geovane Tavares dos Santos¹ e Marinalva Silva Oliveira²

1 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: geovanetavaresdossantos@gmail.com

2 Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá; E-mail: marinalvaoliveira@yahoo.com.br

RESUMO: Esse trabalho tem como fundamento a teoria sócio histórica, que considera o desenvolvimento psicológico individual a partir das interações sociais responsáveis por promover a construção do conhecimento de qualquer criança. A escola a partir de suas atividades práticas, segundo Vygotsky (2003), é o local ideal para promover essa interação. Dentro desse ambiente, as interações entre professores e alunos são responsáveis por contribuir para o processo de ensino e aprendizagem. Porém, com base no fundamento da teoria sócio histórica e pautada na teoria sociológica de Serge Moscovici acerca das representações sociais, e as discussões que permeiam os estigmas sociais, é que este estudo tem a seguinte indagação: Quais os estigmas dos professores, formados a partir das representações sociais, e qual a interferência dos mesmos na interação com o aluno que tem síndrome de Down? Com essa questão o estudo tem enquanto objetivos identificar e compreender os estigmas dos professores, formados a partir das representações sociais, analisando sua interferência nas atitudes e interação com o aluno que tem síndrome de Down. Nesse estudo participaram 05 professores que trabalhavam com alunos com síndrome de Down, em que responderam a uma entrevista semiestruturada, que posteriormente foi transcrita e analisada. Os resultados corroboram que as representações sociais dos professores estão dotadas de estigmas negativos, pois os alunos com síndrome de Down no processo de ensino-aprendizagem são visto como indivíduos incapazes de aprender e se relacionar, tendo em vista que ainda prevalece o mito de que as pessoas com síndrome de Down são anormais.

Palavras-chave: Representação social. Estigma. Síndrome de Down.

ABSTRACT: Stigmas and social representations: challenges for the interaction between teachers and students with Down Syndrome. This research has like base the socio-historical theory, which considers the psychological development of the individual from social interactions responsible for promoting the construction of knowledge of any child. The school from their practical activities, according to Vygotsky (2003, p.33), is the ideal place to promote such interaction. Within this environment, the interactions between teachers and students are responsible for contributing to the process of teaching

PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP

and learning. However, based on the fundament of socio-historical theory and guided on the sociological theory by Serge Moscovici about of the social representations, and the discussions that permeate the social stigmas, is that this study has the following question: What are the stigmas of the teachers trained from social representations, and which is the interference of the teachers in the interaction with the student who has Down syndrome? With this question the project aims to identify while and understand the stigmas of teachers, formed from the social representations, analyzing their interference in attitudes and interaction with the student who has Down syndrome. This study involved 05 teachers who worked with students with Down syndrome, which they answered a semi-structured interview, which was later transcribed and analyzed. The results corroborate that the social representations of teachers are endowed with negative stigmas, because the students with Down syndrome into the teaching and learning process are seen as unable individuals to learn and to relate, in view of that still prevalent myth that people with Down syndrome are abnormal.

Keywords: Social representation. Stigma. Down Syndrome.

Introdução

O presente estudo sobre Estigmas e Representações Sociais: Desafios para a interação entre professores e alunos com síndrome de Down, surgiu mediante participação dos autores no Núcleo de Educação e Cultura da Universidade Federal do Amapá (NEC-UNIFAP), no Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), em que foi desenvolvido o projeto intitulado “O papel do mediador social na alfabetização de crianças com síndrome de Down”, além do presente estudo.

Dessa maneira, essa pesquisa é fundamental para compreender o contexto do atual modelo em que à educação está pautada. Os resultados preliminares demonstram que a concepção da escola está baseada em méritos individuais, e o papel que o professor vem assumindo na intervenção para aprendizagem de conceitos científicos para alunos com síndrome de Down é mínima ou inexistente, ou seja, sua atuação em alguns casos é de um mero transmissor de conteúdos ou em algumas situações, os professores negam a presença do aluno na sala de aula. Com base nessa concepção do outro, os alunos são vistos como receptores passivos no processo ensino-aprendizagem, sem capacidade para apreender conceitos científicos, uma vez que apresentam características físicas e psicológicas diferentes dos alunos normais, ficando assim retidos, segregados, no meio escolar e social.

Esse cenário de exclusão reflete que as políticas públicas para educação não estão sendo satisfatórias para construir na escola um ambiente para interação social e de ensino-aprendizagem, indicando que as representações dos professores sobre seu papel na aprendizagem de crianças com síndrome de Down seguem a lógica da escola meritocrática e hegemônica, que exclui a todos que não se ajustem aos padrões de aluno eficiente. Assim, aqueles que têm alguma deficiência primária (biológica) a exclusão acentua-se pela aparência, já que não se enquadram ao perfil do aluno

eficiente, sendo vistos por estigmas negativos construídos historicamente, e reforçados pela concepção médica-ortodoxa que ainda domina muitos discursos e práticas docentes.

Para que ocorra uma mudança nessa base que tem sustentado a escola excludente, é necessário que o professor se perceba como sujeito político e histórico do processo, se perceba como sujeito transformador. Assim poderá reivindicar melhores condições de trabalho, por uma formação inicial e continuada de qualidade - uma formação que lhe forneça uma discussão teórica e política, de forma que o mesmo sintam-se “preparado” para atuar com a diversidade social, cultural, política, econômica, existente nos grupos sociais.

Nesse sentido, é que a representação social e o estigma são categorias relevantes a serem estudadas no contexto escolar, tendo em vista que a representação social do professor ou de outro sujeito é resultado das interações que este tem no meio social, bem como na formação da família, escola, igreja, universidade, etc. Segundo Moscovici (1979) as representações sociais fazem o estranho ser conhecido, ou seja, os sujeitos nas suas interações com os outros conhecem o desconhecido e modificam suas concepções a respeito do que tinha construído antes da relação social.

Dessa forma, a sensação de estranheza ou de avaliação negativa ou positiva do outro ocorre, conforme Goffman (2008), porque os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. No caso da relação escolar, as representações sociais dos professores como não têm sido formadas com base suficiente para conhecer e relacionar com as diversidades, acabam estigmatizando os alunos com síndrome de Down.

De acordo com Melo (2011), alguém que pertence a uma categoria com atributos incomuns ou diferentes é pouco aceito pelo grupo social, o qual não consegue lidar com o diferente e, em situações extremas, o converte em uma pessoa má e perigosa, é visto como desprovido de potencialidades. Nesse caso, os alunos com síndrome de Down como apresentam características biológicas e psicológicas diferentes dos alunos comuns, suas identidades são negadas no ambiente escolar, suas características são utilizadas como discurso ideológico para justificar atraso de rendimento escolar.

Portanto, com essa abordagem preliminar é que o estudo sobre Estigmas e Representações Sociais: Desafios para a interação entre professores e alunos com síndrome de Down apresenta sua problematização, hipótese e objetivos, tem como indagação: quais os estigmas dos professores, formados a partir das suas representações sociais, e qual a interferência dos mesmos na interação com o aluno que tem síndrome de Down? A hipótese afirma que as representações sociais dos professores estão dotadas de estigmas negativos, e os alunos com síndrome de Down no processo de ensino e aprendizagem são vistos como indivíduos incapazes de aprender e se relacionar, tendo em vista que ainda prevalece o mito de que as pessoas com tal síndrome não apreendem conhecimento científico, são tolas, dóceis, doentes etc.

O estudo teve como objetivos identificar e compreender os estigmas dos professores, formados a partir das representações sociais, analisando sua interferência nas atitudes e interação com o aluno que tem síndrome de Down. Neste estudo

participaram 05 professores do Município de Santana que atuavam com alunos com síndrome de Down, os quais responderam a uma entrevista semi-estruturada, que posteriormente foi transcrita e analisada minuciosamente.

Por conseguinte, este artigo tem como relevância e finalidade demonstrar alguns fatores que dificultam a interação dos professores com alunos portadores da síndrome de Down. E, assim, possibilitar novos caminhos para transformar a realidade que vive a educação, bem como servir de referência bibliográfica para estudos posteriores, em particular para classe dos professores que precisam de bases científicas suficientes para reconhecer e buscar mudanças para suas condições de trabalho da categoria docente.

1 As representações sociais: o processo de interação entre professores e alunos com síndrome de Down

1.1 Representação social: um conceito sociopsicológico

A teoria da representação social resulta de construções sociológicas, psicológicas, filosóficas, que ao longo da história foi sendo discutida entre os clássicos das Ciências Sociais e da Psicologia Social. Dessa forma, o objetivo nesta subseção é fazer uma abordagem do conceito da representação social com base nos teóricos Émile Durkheim e Serge Moscovici, que tiveram profundas participações acerca do tema.

Para Moscovici (1995) a representação social ou coletiva nasceu na Sociologia e na Antropologia. Foi na obra de Durkheim e Levi-Brulh que esta teoria se desenvolve, mas a Psicologia Social contribui nesta formação, possibilitando o novo olhar sobre os indivíduos em suas interações sociais.

Assim, a teoria das representações sociais é uma forma sociológica de Psicologia Social, desenvolvida na Europa, com a publicação feita por Moscovici em 1961 de seu estudo *La Psychanalyse: son image et son public* (FARR, 1995). Porém, foi com os estudos sobre representações coletivas, de Durkheim, que Moscovici constrói seus estudos das representações sociais e difere suas análises de seu antecessor.

Em conformidade com Durkheim (1999) as representações coletivas é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam, ou seja, as ações coletivas decidem o modo de agir, pensar, sentir das pessoas. Tal visão reforça que as representações coletivas são resultantes do coletivo e feito para o coletivo, implicando que os indivíduos fora de grupos sociais não passam de meros sujeitos isolados. Assim, o autor reforça que se a sociedade ou grupo condena certos modos de conduta das pessoas é porque estes ofendem alguns de seus sentimentos fundamentais. Por meio dessa afirmação pode-se perceber que para o teórico as ações individuais têm pouco significado, uma vez que a representação coletiva só existe quando é formada pelo todo, fruto das uniões de indivíduos (DURKHEIM, 1994).

Assim, a teoria das representações coletivas, de Durkheim, tem uma importância significativa para entender as representações sociais, apesar de não enfatizar as relações entre indivíduos como sendo fundamentais para formar a coletividade. Em outro viés, Castro (2006) ressalta que é o processo das representações que permite a comunicação entre indivíduos e grupo social; é a visão, ideias e imagens dos sujeitos

sobre a realidade que os cerca, às quais estão vinculadas as suas práticas sociais. No entanto, Moscovici vêm pensar as representações, não apenas como fatos coletivos, mas como representações sociais que têm participação da interação dos sujeitos na realidade social.

Segundo Moscovici (2002) na medida em que Durkheim não consegue resolver ou explicar em frente à pluralidade de formas de organização do pensamento, a não ser por dizer que todos os fatos são sociais, a noção de representação perde nitidez. No entanto, as representações sociais são conjuntos dinâmicos, sua característica é a produção de comportamentos e relacionamentos com o meio ambiente, é uma ação que se modifica na relação entre sujeitos, e não uma reprodução de fatos sociais estabelecidos.

Para Moscovici (2002) as representações sociais são conhecimentos práticos do senso comum, que representam um conjunto de ideias da vida cotidiana, construído nas relações estabelecidas entre grupos sociais ou pessoas do mesmo grupo. Assim, pode-se dizer que mediante aos estudos das representações sociais os indivíduos conseguem identificar, conhecer, construir e até transformar as ideologias, os mitos, as opiniões, as práticas. Isto por que, as representações sociais de cada pessoa demonstram as faces de sua realidade (CASTRO 2006).

Dessa maneira, as representações propiciam com que os atores sociais criem estratégias de desenvolvimento para enfrentar a diversidade e a mobilidade do mundo. E, embora pertença a todos, transcende a cada um, individualmente, de acordo com sua realidade social, política, econômica e cultural (JOVCHELOVITCH, 1995).

Portanto, as representações dos professores sobre seus alunos com síndrome de Down nos possibilita compreender como a interação entre esses sujeitos está acontecendo no meio escolar. Logo, as concepções dos professores sobre seus papéis no processo de inclusão escolar é uma peça fundamental a ser estudado e a partir daí propor soluções para educação inclusiva.

1.2 As representações dos professores e a interação entre alunos com síndrome de Down.

Tendo em vista que, a escola é o ambiente onde os professores interagem com seus alunos comuns e com síndrome de Down, as representações sociais dos professores possibilitam aproximar e conhecer as diferenças dos alunos. Isto permite e conduz descobertas e estabelece relações, positivas ou negativas, dependendo dos pressupostos com que cada indivíduo é formado (CASTRO, 2006).

Assim, a representação que um professor manifesta diante de seu aluno, será decisiva na sua interação com ele. Uma visão estigmatizada sobre o aluno com síndrome pode agravar diretamente o processo de alfabetização do mesmo. Uma vez que, conforme Goffman (2008), a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias, ou seja, existem expectativas normativas, pois quem não se enquadra aos modelos estabelecidos são vistos como seres estigmatizados.

Nesse contexto, Castro (2006) entende que as representações sociais dos professores tornam-se relevantes para desconstruir os estigmas que envolvem o aluno com

síndrome de Down. Como sabemos, as representações dos professores constitui um meio de orientação humana determinada na prática cotidiana. Mas, para que isso ocorra, é necessário dar apoio ao professor da classe, oferecendo suporte teórico e metodológico à sua prática.

Contudo, não é o que as políticas educacionais no viés qualitativo estão mostrando, elas não têm sido efetivas para transformação desse paradigma escolar de segregação. Para tanto, a educação inclusiva torna-se uma lógica do mercado, ou seja, o que está imbricado ao “aumento” de matrículas de alunos com necessidades educacionais na Escola são os diferentes interesses econômico-sociais, enquanto a formação de qualidade dos professores fica à margem do processo educacional (OLIVEIRA; SILVA, 2009).

Essa é uma escola avaliadora de resultados e não de processos, sobre um critério supostamente objetivo. Dentro dessa escola seletiva se estabelecem adaptações curriculares para recuperar os alunos excluídos por meio de aulas de recuperação ou sala de apoio que na maioria das vezes substituem a sala de aula comum e excluem o aluno com necessidade específica, da interação com seus colegas (MELERO, 2002).

A partir de então, Omote, Oliveira, Baleotti *et al.* (2005) corroboram que a inserção de algum aluno deficiente em uma classe comum, se determinada apenas administrativamente, não assegura que ele será bem acolhido pelo professor e colegas da classe. Entretanto, quando os alunos com síndrome de Down e os comuns estão matriculados e freqüentando a sala de aula, isso não indica que os mesmos estão aprendendo os conceitos aplicados pelos professores.

Nessa perspectiva, segundo Góes, Pacheco, Silva (2010) a representação da deficiência vem sendo construída, sob o enfoque de uma concepção de homem neoliberal, que o ser humano precisa ser “eficiente” e “normal” para atender o mercado. Essa lógica mercadológica não enfatiza uma educação para a liberdade e para o aprendizado, mas sim para uma visão alienada e ideológica e que individualiza as interações sociais. No entanto, o problema que hoje detectamos na Escola é um problema epistemológico e ideológico, que pode ser resolvido se todos estiverem convencidos de que tal instituição não deve comportar exclusões (MELERO, 2002).

Tendo em vista esses pressupostos meritocráticos e homogêneos que permeiam a processo de ensino-aprendizagem, é fundamental que se reproduzam na Escola, os fundamentos para mediação de aprendizagens que desenvolvam no sujeito histórico atributos que são inerentes a sua vida. Para isso, necessita-se do estímulo de um mediador experiente e com representação formada em pressupostos que reconheça a diversidade humana (MELO, 2008).

Em conformidade com Vygotsky (2003), no caso das funções superiores, a característica essencial é a estimulação autogerada, isto é, a criação e o uso de estímulos artificiais que se tornam a causa imediata do comportamento. Nesse caso, o professor é um dos agentes que no ambiente escolar encontra-se diretamente em contato com seus alunos. Todavia, no modelo de ensino que se apresenta na atualidade, a responsabilidade de educar e estimular o conhecimento dos alunos centraliza-se no professor.

Contudo, a não efetivação de políticas compromete o processo ensino-aprendizagem que envolve alunos comuns, em particular o de crianças com síndrome de Down. Segundo Góes, Pacheco, Silva (2010), as representações sociais dos professores ainda estão fortemente arraigadas em um enfoque clínico conservador, que responsabiliza a deficiência biológica como único fator predominante no desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Assim, percebe-se que muitas representações dos professores estão pautadas em um modelo do aluno ideal, exercem uma visão estigmatizada sobre o aluno com síndrome de Down, por não conhecer a diversidade que o pertence.

Isso prejudica a interação entre professores e alunos com síndrome de Down, uma vez que o aluno “diferente” é aquele que tem alguma “anomalia” ou “deficiência”, ou seja, é aquele aluno que não tem o perfil ideal esperado na sociedade e, em particular, na Escola. O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão (MELO, 2011).

Afinal, com o desvelamento dessas representações é que podem ser oferecidas alternativas para a alteração do papel do professor no processo de ensino e aprendizagem (Castro 2006). Isto porque uma representação social formada por fundamentos teóricos, políticos, filosóficos, práticos, estrutural, pautado na inclusão possibilita aos professores conhecer as diversidades que se apresentam no meio escolar.

2 Estigmas e alunos com síndrome de Down: o cenário de exclusão escolar

O estigma é resultante de um longo processo histórico que por muito tempo pertence a diversos grupos e sociedades. Para os gregos, o estigma surgiu para diferenciar e caracterizar as pessoas que cometiam algo de extraordinário, ou de mal, no grupo em que viviam. Porém, para diferenciar o estigmatizado das pessoas comuns, eram feitos sinais com cortes no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos (GOFFMAN, 2008). Assim, o estigmatizado era visto como um ser incomum na sociedade grega, aquele sujeito que transgredia as normas sociais.

Para Melo (2011), no período histórico do cristianismo, as marcas corporais tinham um significado metafórico: uma visão religiosa e outra médica sobre o estigma. Para os líderes religiosos, os sinais representavam a poder divino, que se manifestava na forma de flores em erupção sobre a pele, ou seja, os “defeitos” ou “deficiência” simbolizavam castigo de Deus, enquanto para os seguidores dos conceitos clínico médico, o estigma referia-se a sinais corporais de distúrbios físicos (deficiência) ou mentais.

A partir desta breve abordagem histórica, Goffman (2008) afirma que tanto na sociedade antiga quanto na atualidade, a palavra "estigma" representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social. Neste sentido, segundo Magalhães e Cardoso (2010), a identidade da pessoa com deficiência tende a sofrer, em virtude do estigma, processos de controle social nos quais são negadas importantes oportunidades de transformação, visto que

compreender como se desenvolve os estigmas no meio escolar é, um fio condutor para a compreensão da inserção social e escolar de alunos com síndrome de Down.

No entanto, o estigma dirigido a uma pessoa é o indicativo de que ela apresenta característica desconhecida ou não aceita ao modelo do grupo ou da sociedade na qual está inserida, e essa relação desigual afasta os sujeitos do grupo (MAGALHÃES; CARDOSO, 2010). Na Escola, como instituição social de interações sociais, esta exclusão é perceptível, haja vista que as características físicas e intelectuais dos alunos com síndrome de Down são estigmatizadas e acabam por rotulá-los. Assim, tais rótulos acabam por limitar o desenvolvimento desses alunos, tornando a educação e a inclusão desses indivíduos processos permeados de empecilhos, antes mesmo de frequentarem o contexto escolar (CASTRO 2006).

No modelo atual de educação não é tão difícil perceber os estigmas que as pessoas com deficiência primária sofrem, tendo em vista que a sociedade, e a Escola em particular, têm um padrão de pessoas e alunos ideais. Nesse caso, o aluno com necessidade específica, por apresentar características diferenciadas, foge desse padrão estabelecido e é estigmatizado como aquele que tem deficiência ou é deficiente, sendo aquele que não tem capacidade de aprender os conceitos científicos.

Dessa maneira, os estigmatizados com necessidades específicas, bem como pessoas com síndrome de Down, convivem diariamente com termos taxativos como portador de deficiência, doente mental, retardado, incapaz. Segundo Goffman (2008), esses adjetivos são fontes de representações sociais negativas, que de maneira característica, são construídas na formação social. Nesse caso, as representações estão fundadas em padrões sociais excludentes e reconhece a deficiência como sendo o elemento marcante da identidade dos indivíduos.

Para Ferreira (2004) a deficiência entendida como uma “entidade homogênea” estabelece que pessoas com deficiências possuam apenas uma característica que justifica sua exclusão do sistema educacional, isto é, sua “incapacidade para aprender”. No caso das pessoas com síndrome de Down suas características físicas são marcantes para o olhar estigmatizado, em decorrência de que apresentam face com perfil achatado, orelhas pequenas arredondadas e displásicas, excesso de pele na nuca e entres outras características (WUO *apud* GÓES; PACHECO; SILVA, 2010).

Para corroborar esse modelo de sociedade que não aceita as diferenças, Vygostsky (1997) afirma que as deficiências não são iguais para todos, o que define a personalidade e compensação de uma criança não são apenas suas características biológicas, mas principalmente sua interação sócio histórica. Não obstante, quando o meio social não possibilita uma interação que propõe o desenvolvimento das potencialidades e que aceita as diversidades, mesmo que o aluno seja comum, ele vai encontrar dificuldades para apreender os conceitos científicos do meio escolar.

De acordo com Omote (2005), a diversidade de problemáticas que permeiam a educação, algumas características dos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como o grau do seu comprometimento, e o contexto escolar no qual ocorre a inclusão, podem determinar maior ou menor aceitação pelos professores. Tal situação ocorre porque os fatores relacionados aos estigmas dificultam a interação entre

professores e alunos com síndrome de Down, uma vez que os professores não se encontram preparados para lidar com as diversidades de sala de aula.

Dessa forma, afirma Freitas (2007) que há necessidade de uma política global de formação e valorização dos profissionais da educação que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial e continuada dos professores. Além disso, esse mediador da educação necessita de condições de trabalho, salários e carreira, e quando esses direitos não são garantidos contribuem significativamente para a manutenção da má qualidade do ensino, uma vez que a falta de condições de trabalho dificulta a mediação de conhecimento entre professores e alunos.

Como parte integrante do sistema maior de exclusão social, o professor também está excluído do processo educacional porque não tem uma formação inicial e continuada consistente teórica e politicamente. Também não tem condições adequadas de trabalho, (salas de aulas estão superlotadas, falta de financiamento público para educação sistemática, dentre outros fatores), que influenciam na falta de qualidade para a educação (SILVA, 2011).

Por isto, as concepções e as representações dos professores construídas sobre a síndrome de Down indicam o modo como vêm ocorrendo a relação em sala de aula com esses alunos: uma relação professor-aluno distante, isolada, com pouca ou nenhuma intervenção do professor sobre a aprendizagem dos alunos e sem objetivos definidos (SILVA, 2011). Logo, as representações sobre pessoas com necessidades específicas, no modelo hegemônico neoliberal, consiste em considerar tal indivíduo, como aquele que não será útil, nem produtivo para o sistema (GÓES; PACHECO, SILVA, 2010).

Visando ratificar a discussão apresentada nos parágrafos anteriores, serão expostos a seguir os instrumentos metodológicos e resultados empíricos referentes às concepções dos professores na interação com alunos com síndrome de Down da rede municipal de ensino de Santana- AP.

3 Instrumentos metodológicos

Para possibilitar uma abordagem empírica dos pressupostos teóricos discutidos, foram utilizados os seguintes instrumentos: Termo de Consentimento, ficha de entrevista semi-estruturada, minigravador, caneta, lápis, papel. Participaram diretamente da entrevista 05 Professores que atuavam com crianças com síndrome de Down, em escolas públicas do município de Santana-AP.

Na obtenção das informações empíricas foram realizadas visitas em escolas públicas do ensino regular no município de Santana-AP, para identificar professores que atuam na alfabetização de alunos com síndrome de Down, tendo sido solicitada autorização da direção escolar para o desenvolvimento da pesquisa. Após a resposta dos representantes das mesmas, os professores foram convidados a participarem de uma entrevista semi-estruturada, cujo propósito foi compreender os estigmas formados por suas representações sociais sobre os seus alunos com síndrome de Down. Para identificação dos professores foram utilizados os seguintes nomes fictícios: Clara, Luíza, João, Ana, Renata.

A entrevista semi-estruturada possibilitou a compreensão de como os professores (sujeitos do processo) construíram suas representações, percepções, certezas e incertezas na interação dos conhecimentos para crianças com síndrome de Down, como construções humanas a partir da complexidade das relações sociais e históricas.

O marco conceitual e metodológico foi utilizado o método micro genético, que se caracteriza por um conjunto de ações que visam analisar o fenômeno minuciosamente em todo seu processo (GÓES, 2000). Extraíndo do dialogo com o sujeito, os conceitos e pré-conceitos necessários para corroborar ou refutar a hipótese dessa pesquisa.

4 Resultados e discussões

Quadro 1 - Descrição dos participantes da pesquisa

Professor	Idade	Tempo Magistério	Formação	Curso	Experiência com alunos com SD	Série que atua
Clara	36	12	Superior	Pedagogia	2º ano	2º ano
Luiza	28	6	Superior	Lic. em Letras	1º ano	1º ano
João	29	5	Superior incompleto	Ciências Biológicas	1º ano	3º ano
Ana	42	10	Superior	Pedagogia	1º ano	1º ano
Renata	28	3	Superior	Pedagogia	1º ano	2º período (Ed. Infantil)

Fonte: Dados coletados pelo próprio pesquisador no período de 2011.

Neste quadro 1 foram apresentadas informações gerais sobre participantes da pesquisa, Clara, Luiza, João, Ana, Renata. Isto permite verificar diferentes aspectos como, experiência no magistério, formação, curso e tempo de experiência com alunos com síndrome de Down.

Nesta pesquisa, como os objetivos foram identificar e compreender os estigmas dos professores, formados a partir das representações sociais, analisando sua interferência nas atitudes e interação com o aluno que tem síndrome de Down. A concepção utilizada na análise das informações empíricas está centrada nas subjetividades dos professores que são formadas das relações estabelecidas no contexto sócio histórico e nas suas experiências em sala de aula.

No entanto, os resultados possibilitaram a compreensão de que as representações sociais dos professores estão formadas com base na educação hegemônica que reafirma o modelo pedagógico de aluno “eficiente”. Segundo Melo (2011) a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio. Nessa relação com o meio social, criamos um modelo social de indivíduo, que no processo das nossas vivências nem sempre é imperceptível a imagem social do indivíduo que criamos. Essa imagem pode não corresponder à realidade que nos deparamos. Pode-se perceber, diante do processo ensino-aprendizagem, que a concepções dos professores que atuam com alunos com síndrome de Down estão fundamentadas por um modelo ideal de aluno e de ser humano.

A seguir trechos das enunciações das professoras (Clara, Ana e Renata) sobre a presença e o aprendizado do aluno com síndrome de Down na sala de aula:

Clara: *Então a deficiência dela é bem alta ainda, porque depende do desenvolvimento intelectual (D.I). O D.I dela é um pouco avançado, então eu procuro fazer um trabalho diversificado com ela, não é parecido.*

Ana: *O dia que ele não vem é tranquilo, fica silêncio, já sente a falta dele, e antes quando ele dormia, ficava um pouco por aí. Depois ele ficava dormindo, aí eu tenho condições de explicar mais, fazer as atividades para meus alunos, sabe?*

Renata: *Na verdade, fiquei muito preocupada. Eu vim no turno tarde para manhã devido à pressão alta, e aí a diretora disse pra mim que a aluna dava muito trabalho. Disse pra mim que eu estava doente, não era bom ficar com ela, porque eu ia me estressar; tinha “n” fatores e eu fiquei até com receio, né? uma pressão imensa, mas assim uma pressão não no sentido de eu fazer o melhor, mas no sentido que ela dava muito trabalho.*

Essas afirmações, corroboram que as características físicas e mentais das pessoas com síndrome de Down são consideradas estigmas e acabam por rotulá-las os mesmos. Tais rótulos acabam por limitar o desenvolvimento desses alunos, tornando a educação e a inclusão desses indivíduos processos permeados de entraves.

Como se pode perceber nas entrelinhas das falas dos professores, Clara responsabiliza as dificuldades e atraso do aprendizado da aluna à sua deficiência, ou seja, ao fator biológico. Devido a este olhar negativo que não considera as potencialidades, o trabalho escolar acaba sendo diferenciado, ou melhor, facilitado em relação as atividades desenvolvidas pelos outros alunos da mesma classe. Para Ana, o aluno com síndrome de Down é o empecilho na sua sala de aula, não a deixa trabalhar com outros alunos, demonstrando não considerar o seu aluno como parte integrante da turma, assim, o nega como sujeito capaz de interagir e apreender os conhecimentos científicos. Já a professora Renata, revela que ao indagar à direção escolar sobre a aluna com síndrome de Down, a direção a representou de maneira negativa e pessimista, dizendo lhe que a aluna dava muito trabalho, apresentava risco à saúde da professora o que influenciava para uma avaliação *a priori* negativa e deteriorada da aluna.

Nesse sentido, o estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do aluno com síndrome de Down. De acordo com a concepção de Melo (2011), as diferenças e características dos alunos com síndrome de Down, são nomeadas como "defeito", "falha" ou desvantagem em relação aos outros sujeitos, constituindo uma discrepância entre a identidade social virtual (aluno eficiente) e a identidade real (realidade do aluno). Dessa forma, a representação e formação que o professor recebe não são suficientes para reconhecer a realidade e diversidades do aluno.

Mas é preciso reconhecer, segundo a concepção de Vygotsky (1997) e de Rogoff (2005), que a socialização é fundamental para interação e apropriação dos conhecimentos no grupo do qual o indivíduo está participando. Entende-se que a mediação social do professor é fundamental para a construção de um ambiente de aprendizagem, podendo-se dizer que a inclusão de alunos com síndrome de Down representa um desafio para as escolas, principalmente, para os professores.

Dessa maneira, cabe reforçar a necessidade de que é preciso, sobretudo, dar apoio ao professor da classe, oferecendo suporte teórico e metodológico a sua prática. Isto porque as representações sociais dos professores estão baseadas em formação inicial e continuada de qualidade, tornando-se relevantes para desconstruir os estigmas que envolvem o aluno com síndrome de Down.

A falta dos suportes teóricos e metodológicos (materiais escolares) para os professores são os verdadeiros obstáculos para alfabetização de alunos comum e com necessidades específicas. Neste caso, as concepções dos professores demonstram as dificuldades que permeiam a interação e alfabetização dos alunos com síndrome de Down. Afirmam os professores:

João: *falta uma equipe da Secretaria municipal para articular palestras, reuniões, para esta trabalhando essas síndromes, essas deficiências com professor [...].*

Clara: *as nossas dificuldades são essas: será que eu estou fazendo correto? porque é assim, poucas vezes vem alguém aqui orientar [...].*

Luíza: *eu não estou preparada, eu nunca fiz um curso para lidar com uma criança com síndrome de Down e qualquer outro tipo de deficiência, eu fui apreendendo na prática, entendeu? [...].*

Renata: *eu me sinto sobrecarregada no sentido que, sou eu que tenho que me virar para tudo. Olha, a escola não tem mimeógrafo, não pode imprimir [...] As vezes imprime, às vezes não, então, é assim como é que eu vou passar atividades para as crianças, se não tem mimeógrafo, não tem onde imprimir? Se eu quiser passar, vou ter que tirar Xerox [...].*

Esses relatos de angústias como os de João, Clara, Luíza e Renata demonstram a ausência de condições de ensino impostas atualmente pelas ineficientes das políticas neoliberais para educação inclusiva e têm reduzido o papel docente a mero observador do processo educacional de crianças com síndrome de Down. O professor não tem uma compreensão clara sobre o processo de desenvolvimento das crianças com deficiência primária e sobre seu papel social na sala de aula, porém não está conseguindo intervir qualitativamente na aprendizagem desses alunos.

Dessa forma, os professores com pouca formação não conseguem romper com os estigmas das suas representações sociais sobre alunos com síndrome de Down. No entanto, a sociedade ou o grupo na qual vivem limita e delimita a capacidade de ação de um sujeito estigmatizado, marca-o como desacreditado e determina os efeitos maléficos que pode representar. Quanto mais visível for a marca, menos possibilidade tem o sujeito de reverter, nas suas inter-relações, a imagem formada anteriormente pelo padrão social (MELO 2011).

Diante disso, entende-se que a inclusão escolar significa mais do que a presença do aluno na Escola, é uma mudança de concepção e de paradigma social. Essas mudanças implicam em políticas de Estado que garantam as escolas condições físicas e pedagógicas para receber todas as crianças, e garantam também aos professores uma formação teórica e política consistente com o fim de formá-los para atuarem e ensinarem a todas as crianças, incluindo as que apresentam síndrome de Down (BUCKLEY; BIRD; SACKS *et al*, 1998).

Portanto, os desafios para as interações entre professores e alunos com síndrome de Down são muitos, e necessitam de apoios financeiros, estruturais, pedagógicos, didáticos, que venham contribuir na formação de representações sociais condizente com a prática diária dos agentes da educação.

5 Conclusão

Os resultados desse estudo demonstram que as representações sociais dos professores não estão sendo satisfatórias para construir na Escola um ambiente de interação social e de ensino-aprendizagem dos alunos com síndrome de Down, seguem a lógica da escola meritocrática e homogeneizadora, que exclui a todos que não se adequem aos padrões de “aluno eficiente”. Dessa forma, aqueles que têm alguma deficiência primária a exclusão ainda é mais explícita, pois já não se ajustam ao perfil do aluno “eficiente”, uma vez que já são vistos com estigmas e estereótipos negativos construídos historicamente e reforçados pela concepção médica-ortodoxa, que ainda domina muitos discursos e práticas docentes.

O modelo escolar meritocrático e homogeneizador não se encontra isolado do contexto social, político e econômico. Faz parte de uma engrenagem maior, estruturada por uma sociedade que se mantém pela lógica da hegemonia e da exclusão social. A concepção dos professores segue a lógica de uma sociedade pautada nos méritos individuais, na pedagogia das competências do apreender individualizado, entre outros conceitos que fazem parte de um modelo pedagógico neoliberal.

Contudo, para que as representações dos professores sejam positivas, diante dos alunos com síndrome de Down, é necessário melhores condições de trabalho bem como formação inicial e continuada. A busca é que se possa olhar o aluno e o professor no processo ensino-aprendizagem não apenas como seres “normais” e “iguais”, mas como seres diferentes e capazes.

Por isto, os resultados demonstrados nesta pesquisa não conduzem ao imobilismo ou conformismo diante deste quadro de exclusão, mas estão no sentido de provocar críticas e sugestões ao modelo de escola “excludente” que histórica e hegemonicamente tem-se mantido. Isto vem provocar a continuidade de mobilização e luta em defesa da educação de qualidade e inclusiva, não só para os alunos com síndrome de Down, mas para os diversos indivíduos.

Referências

BUCKLEY, Sue; BIRD, Gillian; SACKS, Ben *et al.* **A comparison of mainstream and special education for teenagers with Down syndrome:** implication for parents and teachers. *Down Syndrome News and Update*, 2 (2), 46-54, 2002. Disponível em: <<http://www.downsyndrome.net/library/periodicals/dsnu/02/02/>>. Acesso em: 4 maio de 2011.

CASTRO, Sabrina Fernandes de. **As representações sociais dos professores de alunos com síndrome de Down incluídos nas classes comuns do ensino regular.** Dissertação de mestrado em educação, Santa Maria, RS, 21 de março de 2006.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 2. ed. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Sociologia e Filosofia**. Tradução Paulo J. B. San Martin. São Paulo: Ícone, 1994.

FARR, Robert. M. **Representações sociais: a teoria e sua história**. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERREIRA, Windy B. Invisibilidade, crenças e rótulos: reflexão sobre a profecia do fracasso educacional na vida de jovens com deficiência. **IV Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down Família, a gente da inclusão**. 09-11 de Setembro, Bahia, 2004. Disponível em: <www.federaçãosinddown.org.br>. Acesso: 6 maio de 2011.

FREITAS, Helena Costa Lopes. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1203-1230, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 4 maio de 2011.

GÓES, Maria Cecília Rafael. A abordagem micro genética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Cadernos CEDES**. ano XX, n.501, abril, 2000.

GÓES, Sheila Góes; PACHECO, Wellem dos Santos; SILVA, Almira do Nascimento. **Representações sociais de mães e professoras sobre a aprendizagem e desenvolvimento de crianças com síndrome de Down**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2010.

GOFFMAN, Eving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: _____. *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P.; CARDOSO, Ana Paula L. B. A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. **Cadernos de Pesquisa**. v. 40, n. 139, p.45-61, jan./abr. 2010.

MELERO, Miguel Lopez. **Diversidade e Cultura: uma escola sem exclusões**.

Universidade de Málaga – Espanha, 2002. Disponível em:

<<http://saci.org.br/imagens/textos/arqs/diversidade%20.pdf>>. Acesso em 4 de maio de 2011.

MELO, Hilce Aguiar. **O acesso curricular para alunos (as) com deficiência intelectual na rede regular de ensino: a prática pedagógica na sala de recursos como eixo para a análise**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2008.

MELO, Zélia Maria de. **Os estigmas: a deterioração da identidade social**. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>>. Acesso em: 4 maio de 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In: _____. *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, Serge. La representación social: un concepto perdido. **IEP - Instituto de Estudios Peruanos**. Lima, Mayo del 2002. Disponível em: www.cholonautas.edu.pe. Acesso: 4 maio de 2011

_____. **El Psicoanálisis, su imagen y su publico**. 2. edición. Ed. Huemul, Buenos Aires, 1979.

_____. **Prefácio**. In: _____. Textos em representações sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Marinalva Silva; SILVA, Maria do Carmo Lobato. **As políticas públicas para a educação inclusiva e suas consequências na mediação social e instrumental para alfabetização de crianças com síndrome de Down**. In; Projeto de pesquisa, Macapá; UNIFAP 15 de junho de 2009.

OMOTE, Sadão; OLIVEIRA, Anna Augusta S.; BALEOTTI, Luciana R. *et al.* Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. **Paidéia Ribeirão Preto**. v.15 n.32. set./dez. 2005.

ROGOFF, Bárbara. **A Natureza Cultural do Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed. 2005.

SILVA, Maria do C.L, BRITO, Bina. S, COELHO, Adiene. S. **Expectativas de Professores quanto ao Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo de alunos com síndrome de Down**. In; SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA E MOSTRA DE TCC. 3, 2007, Macapá; UNIFAP, 2007. 1CD-ROM.

SILVA, Maria do Carmo Lobato. **As políticas públicas para inclusão escolar e o papel dos professores na construção de conhecimento pelas crianças com síndrome de Down**. Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Obras Escogidas: fundamentos da Defectologia**. Madrid: Visor, 1997.

Artigo recebido em: 09 de novembro de 2012

Aprovado em: 07 de fevereiro de 2013